

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
----------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
-------------------------------------------------------------	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	41
------------------------------------------------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.399.039	1.370.475
1.01	Ativo Circulante	94.445	63.460
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	47.426	12.950
1.01.03	Contas a Receber	38.990	41.641
1.01.03.01	Clientes	38.990	41.641
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	1.735	1.603
1.01.03.01.02	Contas a receber partes relacionadas	37.290	40.129
1.01.03.01.03	Provisão para devedores duvidosos	-35	-91
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.391	1.898
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.508	2.638
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.130	4.333
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	4.130	4.333
1.01.08.01.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	3.297	3.297
1.01.08.01.02	Outros créditos	833	1.036
1.02	Ativo Não Circulante	1.304.594	1.307.015
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	121.497	100.371
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	105.127	98.735
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	73.806	65.765
1.02.01.07.02	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	31.321	32.970
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	14.828	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.542	1.636
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.440	1.537
1.02.01.09.05	Outros créditos	102	99
1.02.03	Imobilizado	64.752	53.486
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	51.330	31.309
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	13.422	22.177
1.02.04	Intangível	1.118.345	1.153.158
1.02.04.01	Intangíveis	1.118.345	1.153.158
1.02.04.01.02	Direito de uso da infraestrutura	932.295	961.189
1.02.04.01.03	Direito da concessão - ágio	182.559	188.515
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	3.491	3.454

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.399.039	1.370.475
2.01	Passivo Circulante	176.460	278.600
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.808	7.669
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	2
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.808	7.667
2.01.02	Fornecedores	13.755	21.094
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.660	20.980
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	95	114
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.983	21.814
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.983	21.814
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.016	16.080
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições parcelados	5.967	5.734
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	97.249	204.200
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.254	1.317
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.254	1.317
2.01.04.02	Debêntures	95.995	202.883
2.01.05	Outras Obrigações	19.335	12.251
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.689	2.135
2.01.05.02	Outros	14.646	10.116
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	1.901	2.062
2.01.05.02.05	Outros contas a pagar	12.745	8.054
2.01.06	Provisões	11.330	11.572
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.330	11.572
2.01.06.01.06	Provisão de manutenção	11.330	11.572
2.02	Passivo Não Circulante	944.287	684.933
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	789.159	545.008
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	232	805
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	232	805
2.02.01.02	Debêntures	788.927	544.203
2.02.02	Outras Obrigações	82.308	69.660
2.02.02.02	Outros	82.308	69.660
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.724	1.724
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	56.695	57.472
2.02.02.02.04	Obrigações com o poder concedente	7.885	8.822
2.02.02.02.05	Obrigações com entrega futura - partes relacionadas	14.513	0
2.02.02.02.06	Outros contas a pagar	1.491	1.642
2.02.03	Tributos Diferidos	54.699	50.252
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.699	50.252
2.02.04	Provisões	18.121	20.013
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.121	20.013
2.02.04.01.05	Provisão para contingência	2.515	2.181
2.02.04.01.06	Provisão para manutenção	15.606	17.832
2.03	Patrimônio Líquido	278.292	406.942
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.677	2.677
2.03.04	Reservas de Lucros	27.953	264.502

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	27.953	139.502
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	125.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	107.899	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.729	370.161	197.951	390.274
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-67.990	-129.819	-89.910	-190.190
3.02.01	Custo de construção	-7.949	-12.224	-33.669	-70.346
3.02.02	Provisão de manutenção	-2.148	-4.019	-3.838	-7.492
3.02.03	Depreciação e amortização	-17.691	-33.696	-18.633	-34.406
3.02.04	Custo da outorga	-15.268	-30.541	-13.306	-27.979
3.02.05	Serviços	-10.460	-21.265	-10.851	-22.725
3.02.06	Custo com pessoal	-8.590	-16.334	-3.357	-15.452
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-2.207	-4.036	-1.858	-4.760
3.02.09	Outros	-3.677	-7.704	-4.398	-7.030
3.03	Resultado Bruto	118.739	240.342	108.041	200.084
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.309	-31.178	-20.175	-28.415
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.300	-25.355	-19.508	-27.781
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	125	132	451	484
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.134	-5.955	-1.118	-1.118
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	101.430	209.164	87.866	171.669
3.06	Resultado Financeiro	-25.116	-45.512	-25.540	-50.858
3.06.01	Receitas Financeiras	4.442	5.755	2.273	3.345
3.06.02	Despesas Financeiras	-29.558	-51.267	-27.813	-54.203
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	76.314	163.652	62.326	120.811
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.885	-55.753	-21.729	-41.808
3.08.01	Corrente	-23.643	-51.306	-20.435	-38.585
3.08.02	Diferido	-2.242	-4.447	-1.294	-3.223
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.429	107.899	40.597	79.003
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	50.429	107.899	40.597	79.003
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00344	0,00735	0,00280	0,00540

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.01.02	PN	0,00378	0,00809	0,00300	0,00590

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	50.429	107.899	40.597	79.003
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.429	107.899	40.597	79.003

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	207.733	178.121
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	209.133	186.648
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	107.899	79.003
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.447	3.223
6.01.01.03	Apropriação de despesas antecipadas	1.648	1.648
6.01.01.04	Depreciação e amortização	40.310	35.150
6.01.01.05	Resultado na baixa do ativo imobilizado	10	4
6.01.01.06	Resultado na baixa do ativo intangível	62	1.112
6.01.01.07	Juros e var. monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil.	47.794	53.822
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para riscos	896	5.720
6.01.01.09	Constituição (reversão) da provisão de devedores duvidosos	-56	68
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão de manutenção	4.018	7.492
6.01.01.11	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	1.896	2.133
6.01.01.12	Juros, multa e outros encargos - Lei 11.941	2.467	3.057
6.01.01.13	Capitalização de custos de empréstimos	-2.258	-5.784
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.400	-8.527
6.01.02.01	Contas a receber	-132	-2
6.01.02.02	Partes relacionadas	-11.989	-3.783
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-493	-112
6.01.02.04	Despesas antecipadas outorga fixa	-8.040	-7.108
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	1.130	1.295
6.01.02.06	Outras contas a receber	298	-2.272
6.01.02.07	Fornecedores	-7.339	-7.453
6.01.02.08	Partes relacionadas	2.554	935
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	139	244
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para impostos de renda e contribuição social	1.924	763
6.01.02.11	Liquidação de contingências	-562	-3.202
6.01.02.12	Realização de provisão de manutenção	-8.382	-1.420
6.01.02.13	Obrigações com poder concedente	10.437	12.291
6.01.02.14	Liquidação impostos e contribuições parcelados	0	-467
6.01.02.15	Obrigações para entrega futura - Partes relacionadas	14.513	0
6.01.02.16	Outras contas a pagar	4.542	1.764
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.114	-75.267
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-15.197	-3.757
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-10.917	-71.510
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-147.143	-108.641
6.03.01	Emprést. financ. e debêntures - captações	750.000	150.000
6.03.02	Emprést. financ. e debêntures - pagamentos de principal	-614.754	-79.859
6.03.03	Emprést. financ. e debêntures - pagamentos de juros	-48.898	-38.042
6.03.04	Adição do custo de transação	3.058	-740
6.03.05	Dividendos pagos	-236.549	-125.798
6.03.06	Retenção de lucros	0	-14.202
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	34.476	-5.787
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.950	13.199

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	47.426	7.412

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.677	264.502	0	0	406.942
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.677	264.502	0	0	406.942
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-236.549	0	0	-236.549
5.04.06	Dividendos	0	0	-236.549	0	0	-236.549
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.899	0	107.899
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.899	0	107.899
5.07	Saldos Finais	139.763	2.677	27.953	107.899	0	278.292

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	0	268.238	0	0	408.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	0	268.238	0	0	408.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-125.798	0	0	-125.798
5.04.06	Dividendos	0	0	-125.798	0	0	-125.798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	79.003	0	79.003
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	79.003	0	79.003
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-14.202	0	0	-14.202
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-14.202	0	0	-14.202
5.07	Saldos Finais	139.763	0	128.238	79.003	0	347.004

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	404.030	420.399
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	398.911	416.089
7.01.02	Outras Receitas	5.119	4.310
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-66.731	-130.205
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-32.176	-34.387
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.312	-17.980
7.02.04	Outros	-16.243	-77.838
7.02.04.01	Provisão de manutenção	-4.019	-7.492
7.02.04.02	Custos de Construção	-12.224	-70.346
7.03	Valor Adicionado Bruto	337.299	290.194
7.04	Retenções	-40.310	-35.150
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.310	-35.150
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	296.989	255.044
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.755	3.345
7.06.02	Receitas Financeiras	5.755	3.345
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	302.744	258.389
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	302.744	258.389
7.08.01	Pessoal	19.867	21.596
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.058	15.742
7.08.01.02	Benefícios	4.636	4.443
7.08.01.03	F.G.T.S.	762	773
7.08.01.04	Outros	411	638
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	93.231	74.984
7.08.02.01	Federais	73.534	57.363
7.08.02.02	Estaduais	118	119
7.08.02.03	Municipais	19.579	17.502
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	81.747	82.806
7.08.03.01	Juros	50.499	54.018
7.08.03.02	Aluguéis	707	808
7.08.03.03	Outras	30.541	27.980
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	107.899	79.003
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	107.899	79.003

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais

Comentários Sobre o Desempenho - 2º trimestre 2012

As informações financeiras e operacionais abaixo, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T11.

Principais Destaques

- A Receita Líquida Operacional alcançou R\$ 178,9 milhões (+8,9%);
- O EBIT Ajustado atingiu R\$ 104,4 milhões (+12,9%) e a Margem EBIT Ajustado 58,4% (+2,1 p.p);
- O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 125,7 milhões (+12,7%) e a Margem EBITDA Ajustado 70,3% (+2,4 p.p);
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 50,4 milhões (+24,2%);

Indicadores [R\$ MM]	2ºT12	2ºT11	Var.%
Receita Líquida Operacional*	178,9	164,3	+8,9
EBIT	104,4	92,5	+12,9
<i>Margem EBIT</i>	58,4%	56,3%	+2,1 p.p.
EBITDA	125,7	111,5	+12,7
<i>Margem EBITDA</i>	70,3%	67,9%	+2,4 p.p.
Lucro Líquido	50,4	40,6	+24,2

*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid.²	2º T12	2ºT11	Var.%
Veículos Equivalentes	28.405.665	28.626.565	-0,8
Veículos Leves (Eq)	15.821.462	15.495.965	+2,1
Veículos Pesados (Eq)	12.584.204	13.130.601	-4,2

1 - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças, onde a cobrança de pedágio é unidirecional, os seus volumes de tráfego foram dobrados para se ajustarem a aquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Comentário do Desempenho

Tráfego Consolidado (-0,8%)

A movimentação de veículos-equivalentes no 2T12 apresentou leve retração de 0,8% em comparação com o mesmo período de 2011, sendo influenciado pela menor movimentação de veículos pesados. Isto em razão da atual situação macroeconômica, com desaceleração da atividade industrial.

Veículos de Passeio (+2,1%)

No 2T12, houve um crescimento de 2,1% em relação ao 2T11. O tráfego de veículos leves teve como destaque a movimentação nos trajetos de longa distância, principalmente entre os municípios de São Paulo e Sorocaba. O fluxo de automóveis com destino à Sorocaba registrou crescimento de 7,6% sobre o 2T11, o que pode ser explicado pelos bons indicadores neste início de 2012, como por exemplo, o aumento do número de empresas abertas, a redução de falências e o aumento médio do consumo per capita da população local.

Veículos Comerciais (-4,2%)

O tráfego de veículos comerciais apresentou retração de 4,2% no 2T12 em relação ao 2T11, influenciado pela atual crise econômica, que afeta principalmente a produção industrial; pela restrição de caminhões na Marginal Tietê; e pela redução no volume de exportações de algumas commodities agrícolas pelo Porto de Santos.

1. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme contrato de Concessão nº CR/003/1998 assinado entre o Estado de São Paulo e a Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S/A (cláusula 26.2), a Companhia reajustou, no mês de Julho de 2011, em 9,77293%, conforme variação acumulada do Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M) de maio de 2010 a maio de 2011), as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema. O próximo reajuste, previsto contratualmente, será no mês de Julho de 2012.

2. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [R\$ mil]	2º T12	2ºT11	Var.%
Receita de Pedágio	193.167	177.528	+8,8
Receitas Acessórias	2.648	2.181	+21,4
Receita Bruta Total	195.815	179.709	+9,0

Comentário do Desempenho

Receita de Construção

Receita Bruta de Construção [R\$ mil]	2º T12	2ºT11	Var.%
Total	7.949	33.669	-76,4

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deve reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Concessão. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 2T11 apresentou um alto volume de investimentos devido a implantação de marginais na Rodovia Raposo Tavares, no trecho localizado no município de Sorocaba.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 2T12 ficou 8,9% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, impactadas pelo reajuste da tarifa básica de pedágio, proposto em contrato.

As deduções sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISS-QN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 8,65% sobre a Receita Operacional Bruta, aumentaram em 9,7% no 2T12, em relação ao 2T11, totalizando o valor de R\$ 16,9 milhões.

Custos Totais

Custos [R\$ mil]	2º T12	2ºT11	Var.%
Custo de Construção	7.949	33.669	-76,4
Provisão de Manutenção	2.148	3.837	-44,0
Depreciação e Amortização	21.308	19.014	12,1
Custo da Outorga	16.005	14.883	7,5
Serviços de Terceiros	16.834	16.493	2,1
Custo com pessoal	11.870	13.817	-14,1
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.607	2.135	22,1
Outros	6.704	5.574	20,3
Custos Totais	85.423	109.422	-21,9

Comentário do Desempenho

O custo total da concessionária reduziu 21,9% no 2T12, alcançando o valor de R\$ 85,4 milhões. Esta diminuição pode ser observada com maior destaque na redução do Custo de Construção da Companhia, haja vista o alto volume de investimentos no 2T11 com a implantação de marginais na Rodovia Raposo Tavares, no trecho localizado no município de Sorocaba.

Custo de Construção: Os custos de construção sofreram uma queda de R\$ 25,7 milhões no 2T12 comparado ao 2T11. Esta alteração está associada às necessidades da Companhia e ao Cronograma de Investimentos pactuado com o Poder Concedente. Conforme descrito anteriormente, a Concessionária investiu fortemente no 2T11 em novas implantações, enquanto que no 2T12, não houve a necessidade de investimentos nesse mesmo patamar.

Provisão de Manutenção: A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos, dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefício econômico, decorrente do volume de tráfego da rodovia. Neste trimestre houve uma queda de 44,0%, em comparação com 2T11, associada à provisão de manutenções futuras.

Depreciação e Amortização: Este item refere-se à transferência do ativo em andamento para o ativo definitivo, bem como a depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados pelo crescimento da outorga variável, proporcional ao crescimento da receita operacional neste período, bem como, o reajuste da outorga fixa, tal qual ocorre concomitantemente às tarifas básicas de pedágio.

Serviços de Terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os Custos Diretos, sendo este último, referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. No 2T12 tivemos uma pequena elevação de 2,1%, totalizando R\$ 341 mil.

Custos com Pessoal: Os valores do 2T12 apresentam-se inferiores em 14,1% em relação ao 2T11, em razão de redução do quadro de colaboradores, associada à otimização de processos e aumento de produtividade.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os custos do 2T12 estão 22,1% superiores ao 2T11 devido ao maior consumo de materiais para conservação, manutenção da rodovia e combustíveis para a frota.

Outros: Os custos do 2T12 estão 20,3% superiores ao 2T11 devido ao aumento da participação do subsídio, que é dado pelas concessionárias, para desconto na mensalidade do SemParar/ViaFácil aos usuários frequentes, isto porque, a Companhia teve um incremento de tráfego em meios de pagamento eletrônicos.

Comentário do Desempenho

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado [R\$ MM]	2ºT12	2ºT11	Var.%
Lucro Líquido	50,4	40,6	24,2
(+) IR/CS	25,9	21,7	19,3
(+) Resultado Financeiro Líquido	25,1	25,5	-1,5
(+) Depreciação e Amortização	21,3	19,0	12,1
(+) Custos e Despesas Não Caixa	3,0	4,7	-36,8
EBITDA	125,7	111,5	12,7
Margem EBITDA	70,3	67,9	2,4 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT Ajustado [R\$ MM]	2ºT12	2ºT11	Var.%
Lucro Líquido	50,4	40,6	24,2
(+) IR/CS	25,9	21,7	19,3
(+) Resultado Financeiro Líquido	25,1	25,5	-1,5
(+) Custos e Despesas Não Caixa	3,0	4,7	-36,8
EBIT	104,4	92,5	-12,9
Margem EBIT	58,4%	56,3%	2,1 p.p.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	2ºT12	2ºT11	Var.%
Despesas Financeiras	29,6	27,8	6,3
Financiamentos - Juros e Multas	25	24,4	2,3
Outras Despesas Financeiras	1	2,3	-22,0
Variações Monetárias	2	1,1	153,7
Receitas Financeiras	4	2,3	93,1
Rendimento sobre aplicações Financ	4	2,3	93,1
Resultado Financeiro Líquido	25,1	25,5	-1,5

O item de Despesas Financeiras no 2T12 está 1,5% inferior quando comparado ao 2T11, haja vista a diminuição na taxa de juros, pelo Banco Central, tendo impacto sobre a dívida da Companhia, indexada ao CDI.

Comentário do Desempenho

3. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento da rodovia no Sistema Castello Raposo.

4. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	2º T12	2ºT11	Var.%
Total de acidentes	746	740	+0,8
Total de vítimas	566	612	-7,5

5. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Em abril, a CCR ViaOeste lançou mais uma edição do “Estrada para a Cidadania”, marcando o início das atividades do programa em 2012, que tem como objetivo abordar os temas de Trânsito e Educação Ambiental para alunos dos 4º e 5º anos das escolas públicas municipais. O programa Estrada para a Cidadania é realizado desde 2007 e abrange os 15 municípios limítrofes do Sistema Castello Raposo.

O projeto “Educativo Cine Tela”, patrocinado pela concessionária CCR ViaOeste, aconteceu no mês de Maio nos municípios de São Roque, Mairinque, Alumínio e Araçariguama, beneficiando mais de 4 mil pessoas, entre crianças, jovens e adultos. Tal projeto integra sessões e oficina de cinema, além de *workshops* para professores.

No mês de Junho, a Companhia deu início a uma parceria com o “Projeto Karatekinha do Brasil”, que oferece aulas de karatê para crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar no município de São Roque, beneficiando mais de duas mil crianças do município. Além da prática esportiva, serão oferecidas atividades culturais e de lazer (aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações).

A preservação ambiental também tem sido uma das preocupações da CCR ViaOeste, que realizou atividades de plantio de mudas, em cumprimento com suas obrigações compensatórias, repondo espécies nativas que sofreram intervenções das obras no entorno das rodovias. Foram realizados projetos voltados para conscientização, contribuindo com a preservação do meio ambiente, dentre os quais destacamos: Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Reflorestamento (recuperação de áreas degradadas e conscientização da comunidade em relação à preservação do meio ambiente); Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (tratamento ambientalmente correto e seguro dos resíduos sólidos perigosos e não perigosos, gerados nas atividades de operação das rodovias), entre outros.

Comentário do Desempenho

Nos meses de maio e junho, a Concessionária realizou diversas campanhas educativas, destacando as seguintes ações: “Cinto de Segurança”, que tem como objetivo a conscientização sobre a importância do uso do cinto por todos os passageiros dos veículos; e “Zero Álcool”, com foco na redução dos acidentes rodoviários, envolvendo condutores e pedestres embriagados, através da distribuição de bafômetros descartáveis no km 33 (Pedágio de Itapevi) e nos Postos de Serviço do km 57 e km 29 da Rodovia Presidente Castello Branco.

A CCR ViaOeste também realizou a ação denominada “Pirilampo”, que visa a revisão e a substituição das lâmpadas traseiras dos caminhões gratuitamente. Essa ação contribui para a redução das colisões traseiras.

Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Período do semestre findo em 30 de junho de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – Via Oeste S.A. (“Companhia”) tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 30 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº. 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP.

No período do semestre findo em 30 de junho de 2012, não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, e aplicadas de maneira consistente.

Estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Em 08 de agosto de 2012 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

Reclassificação

Em 30 de junho de 2012, o valor do Imposto de Renda diferido ativo e passivo é apresentado pelo valor líquido, em razão de a Companhia ter o direito legal de compensar o ativo fiscal contra um passivo fiscal que se relacionarem com tributo sobre o lucro lançados pelas mesmas autoridades tributárias. Para fins de comparabilidade foram reclassificados os saldos do ativo fiscal diferido para apresentação líquida no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 60.683 conforme apresentado na nota explicativa nº 8.

Para melhor apresentação dos valores de despesas operacionais, foi reclassificado na demonstração do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011 o montante de R\$ 4.100, da linha “Outras despesas operacionais” para “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

No período do semestre findo em 30 de junho de 2012, não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados naquelas notas explicativas.

4 DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5 GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6 CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e equivalentes de caixa	1.976	2.378
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento de renda fixa	<u>45.450</u>	<u>10.572</u>
	<u>47.426</u>	<u>12.950</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 101,47% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 9,62% ao ano (11,50% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

7 CONTAS A RECEBER

	30/06/2012	31/12/2011
Circulante		
Vale-pedágio e cupons a receber	1.277	1.166
Ocupação da faixa de domínio e acessos	426	350
Cargas excedentes, cargas especiais e tarifa de liberação de veículos	18	65
Locação de painéis publicitários	<u>14</u>	<u>22</u>
	1.735	1.603
Provisão para devedores duvidosos (a)	<u>(35)</u>	<u>(91)</u>
	<u>1.700</u>	<u>1.512</u>
Não circulante		
Poder Concedente (b)	24.292	24.292
Provisão para devedores duvidosos (b)	<u>(24.292)</u>	<u>(24.292)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas ExplicativasO quadro a seguir resume os saldos à receber por vencimento

	30/06/2012	31/12/2011
Créditos a vencer	1.631	1.441
Créditos vencidos até 60 dias	56	69
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	13	2
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	22	2
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	13	-
Créditos em atraso há mais de 360 dias	-	89
	<u>1.735</u>	<u>1.603</u>

- (a) A Provisão para Devedores Duvidosos – PDD é constituída por títulos vencidos há mais de 90 dias, com base no histórico de perda da Companhia.
- (b) Saldo a receber do Poder Concedente, originado pelas receitas asseguradas quando da adoção do Regime Especial Transitório, conforme previsto no Termo Aditivo Modificado nº 3 ao Contrato de Concessão do período de agosto de 2002 até abril de 2004, decorrente da diminuição do tráfego da Rodovia Castello Branco pela interferência do Rodoanel Oeste Mário Covas. Este valor esta em discussão entre as partes e os assessores jurídicos entendem que o desfecho favorável à Companhia é remoto. O valor esta totalmente provisionado.

8 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL***a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos***

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada a seguir:

	30/06/2012	30/06/2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	163.652	120.811
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	<u>(55.641)</u>	<u>(41.076)</u>
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(220)	(733)
Despesas com brindes e associações de classe	(164)	(76)
Incentivo relativo ao imposto de renda	283	80
Credito nota paulista	(11)	-
Outros ajustes tributários	-	(3)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(55.753)</u>	<u>(41.808)</u>
Impostos correntes	(51.306)	(38.585)
Impostos diferidos	<u>(4.447)</u>	<u>(3.223)</u>
	<u>(55.753)</u>	<u>(41.808)</u>
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	30/06/2012	31/12/2011
Ativo não circulante		
Depreciação de obras lançadas no custo (a)	20.795	20.332
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (b)	19.045	18.817
Provisão de manutenção (c)	9.409	9.997
Provisão para devedores duvidosos	8.271	8.290
Provisão para despesa com taxa de manutenção de arrecadação eletrônica	952	686
Provisão para contingência	855	742
Provisão para participação nos resultados (PLR)	328	645
Custo da transação na emissão de títulos	-	787
Outros	637	387
	<u><u>60.292</u></u>	<u><u>60.683</u></u>
Passivo não circulante		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(82.748)	(79.374)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(19.062)	(18.900)
Amortização linear do Direito da Concessão - ágio (fiscal) versus amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(12.574)	(12.232)
Outros	(607)	(429)
	<u><u>(114.991)</u></u>	<u><u>(110.935)</u></u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

- (a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.
- (b) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “b” conforme práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.
- (d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.
- (e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.

Notas Explicativas

- (f) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis – Lei nº 11.638/07.

9 PAGAMENTOS ANTECIPADOS RELACIONADOS À CONCESSÃO

	Início da concessão	
	30/06/2012	31/12/2011
Circulante	<u>3.297</u>	<u>3.297</u>

	Início da concessão		Extensão do prazo de concessão		Total	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Não circulante	<u>31.321</u>	<u>32.970</u>	<u>73.806</u>	<u>65.765</u>	<u>105.127</u>	<u>98.735</u>

10 PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados do semestre findo em 30 de junho de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

	Resultado		Ativo	Passivo	
	Serviços Prestados	Receita Acessória	Contas a receber	Fornecedores	Contas a pagar
Controladora					
CCR S.A. - Divisão Actua (a)	6.059	-	6	955	-
Outras partes relacionadas					
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (b)	-	-	34.042	-	-
Companhia de Concessões Rodoviárias	-	-	1	-	-
Companhia de Participações em Concessões - Divisão Engelog e Engelog Tec (c)	6.750	-	-	1.057	-
Samm Soc. Atividades Multimídia Ltda (d)	-	314	18.051	17.167	-
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (e)	-	-	18	-	23
Total, 30 de junho de 2012	<u>12.809</u>	<u>314</u>	<u>52.118</u>	<u>19.179</u>	<u>23</u>
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>26.335</u>	<u>-</u>	<u>40.129</u>	<u>2.127</u>	<u>8</u>
Total, 30 de junho de 2011	<u>15.035</u>	<u>-</u>	<u>37.846</u>	<u>1.994</u>	<u>680</u>
	2012		2011		
Remuneração a pagar (f)	1.617		1.806		

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;

Notas Explicativas

- (b) Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do sistema Sem Parar, as quais serão repassadas à Companhia no mês subsequente;
- (c) Prestador exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- (d) Contrato para entrega futura de fibra óptica;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (f) O valor correspondente à remuneração dos administradores está registrado no grupo “Obrigações sociais e trabalhistas”, juntamente com a remuneração dos demais colaboradores do Grupo CCR.

Os montantes referentes a despesas com profissionais chave da Administração estão apresentados a seguir:

Remuneração dos profissionais-chave

	30/06/2012	30/06/2011
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	581	514
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.042	1.740
Previdência privada	13	13
Seguro de vida	2	2
	<u>1.638</u>	<u>2.269</u>

11 ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação %	30/06/2012			31/12/2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	12	3.855	(1.771)	2.084	3.641	(1.593)	2.048
Máquinas e equipamentos	15	32.789	(16.168)	16.621	28.409	(14.820)	13.589
Veículos	21	9.825	(5.576)	4.249	9.469	(5.032)	4.437
Instalações e edificações	6	2.130	(1.935)	195	2.130	(1.916)	214
Sistemas operacionais	18	64.259	(36.078)	28.181	45.182	(34.161)	11.021
Imobilizado em andamento	-	13.422	-	13.422	22.177	-	22.177
		<u>126.280</u>	<u>(61.528)</u>	<u>64.752</u>	<u>111.008</u>	<u>(57.522)</u>	<u>53.486</u>

Notas Explicativas**MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO**

	<u>31/12/2011</u>		<u>30/06/2012</u>		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Móveis e utensílios	3.641	107	(2)	109	3.855
Máquinas e equipamentos	28.409	308	(40)	4.112	32.789
Veículos	9.469	297	-	59	9.825
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Sistemas operacionais	45.182	12.435	(3)	6.645	64.259
Imobilizado em andamento	<u>22.177</u>	<u>3.384</u>	<u>-</u>	<u>(12.139)</u>	<u>13.422</u>
	<u>111.008</u>	<u>16.531</u>	<u>(45)</u>	<u>(1.214)</u> (1)	<u>126.280</u>

(1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.335 em 30 de junho de 2012 (R\$ 2.190 em 30 de junho de 2011).

MOVIMENTAÇÃO DA DEPRECIACÃO

	<u>31/12/2011</u>		<u>30/06/2012</u>	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Móveis e utensílios	(1.593)	(179)	1	(1.771)
Máquinas e equipamentos	(14.820)	(1.380)	32	(16.168)
Veículos	(5.032)	(544)	-	(5.576)
Instalações e edificações	(1.916)	(19)	-	(1.935)
Sistemas operacionais	<u>(34.161)</u>	<u>(1.919)</u>	<u>2</u>	<u>(36.078)</u>
	<u>(57.522)</u>	<u>(4.041)</u>	<u>35</u>	<u>(61.528)</u>

Notas Explicativas**12 ATIVO INTANGÍVEL**

	Taxa anual de amortização %	30/06/2012			31/12/2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(*)	1.212.734	(280.439)	932.295	1.211.826	(250.635)	961.191
Direitos de uso de sistemas informatizados	15	7.433	(4.514)	2.919	6.927	(4.131)	2.796
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(*)	1.346	(774)	572	1.322	(665)	657
Direito da Concessão (b)	20	251.709	(69.150)	182.559	251.709	(63.195)	188.514
		<u>1.473.222</u>	<u>(354.877)</u>	<u>1.118.345</u>	<u>1.471.784</u>	<u>(318.626)</u>	<u>1.153.158</u>

MOVIMENTAÇÃO DO CUSTO

	31/12/2011	30/06/2012				Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (1)	Ressarcimento de Obras (**)	
Direitos de exploração da infraestrutura	1.211.826	11.838	(80)	686	(11.536)	1.212.734
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.927	2	-	504	-	7.433
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.322	-	-	24	-	1.346
Direito da Concessão (b)	251.709	-	-	-	-	251.709
	<u>1.471.784</u>	<u>11.840</u>	<u>(80)</u>	<u>1.214</u>	<u>(11.536)</u>	<u>1.473.222</u>

1) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

MOVIMENTAÇÃO DA AMORTIZAÇÃO

	31/12/2011	30/06/2012			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final	
Direitos de exploração da infraestrutura	(250.635)		(29.822)	18	(280.439)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.131)		(383)	-	(4.514)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(665)		(109)	-	(774)
Direito da Concessão - ágio (b)	(63.195)		(5.955)	-	(69.150)
	<u>(318.626)</u>		<u>(36.269)</u>	<u>18</u>	<u>(354.877)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(**) Refere-se ao reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas pela Companhia, conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20.

(a) Do montante de R\$ 1.212.734, em 30 de junho de 2012, R\$ 15.045 referem-se a intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário. As principais obras de melhorias em andamento em 30 de junho de 2012, são as seguintes:

1. SP-270-Marginais km 92 ao km 106 PL/PO
2. SP-280-Implantação dispositivo de retorno km 64 + 500
3. SP-280-Implantação faixa adicional km 28 ao 30

Notas Explicativas

(b) Direito da Concessão – ágio: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005. A incorporação pela Companhia do patrimônio da Wolfson Empreendimentos Ltda. não implicou aumento do capital da incorporadora no ato da incorporação. A diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor de patrimônio líquido da incorporadora, no montante de R\$ 2.642, foi destinada à conta de reserva de capital. O valor do ágio incorporado, no montante de R\$ 251.709, é amortizado pelo padrão de benefício econômico gerado com base na curva de tráfego, pelo prazo da concessão.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 923 em 30 de junho de 2012 (R\$ 3.594 em 30 de junho de 2011). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 0,69% ao mês durante o período de 30 de junho de 2012 (em média 1,01% ao mês durante o período de 30 de junho de 2011).

13 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Taxas Contratuais		30/06/2012	31/12/2011
	(% a.a.)	Vencimentos		
Em moeda nacional				
Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. (*)	TJLP + 3%	15 de maio de 2012	-	92 (a)
HSBC Bank Brasil S.A. (*)	TJLP + 1,7%	15 de julho de 2013	170	246 (a)
Banco Alfa de Investimentos S.A. (*)	TJLP + 1%	15 de maio de 2015	129	151 (a)
Banco Alfa Arrendamento Mercantil S.A. (**)	CDI + 1,5%	02 de setembro de 2013	978	1.378 (a)
Banco Itaú S.A. (**)	1,23% a.m.	21 de setembro de 2014	209	255 (a)
Total			<u>1.486</u>	<u>2.122</u>
Total circulante			<u>1.254</u>	<u>1.317</u>
Total não circulante			<u>232</u>	<u>805</u>

(*) Fiance

(**) Arrendamento Mercantil

Garantias

(a) Bens financiados

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2012
2013	102
2014	111
Após 2014	19
	<u>232</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente. Neste período não houve contratação de novas operações.

Notas Explicativas**14 DEBÊNTURES**

	Taxas Contratuais (% a.a.)	Custo efetivo (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo de custo de transação a apropriar	Vencimentos	30/06/2012	31/12/2011
Debêntures							
Série 1	104,5% do CDI	0,2917% (b)	3.676	-	Julho de 2015	-	130.015 (c)
Série 2	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	-	Julho de 2015	-	105.825 (c)
Série 3	IGP-M + 7,6%	7,9755% (a)	2.427	-	Janeiro de 2015	-	128.028 (c)
Série Única	117% do CDI	0,1334% (b)	1.494	-	Dezembro de 2016	-	227.096 (d)
Série Única	110,5% do CDI	0,1334% (b)	740	350	Fevereiro de 2015	132.636	156.122 (d)
Série Única	108,3% do CDI	0,1718% (b)	3.828	3.722	Maior de 2017	752.286	- (e)
Total						<u>884.922</u>	<u>747.086</u>
Debêntures						97.462	204.299
Custo de transação						<u>(1.467)</u>	<u>(1.416)</u>
Total circulante						<u>95.995</u>	<u>202.883</u>
Debêntures						791.532	546.089
Custo de transação						<u>(2.605)</u>	<u>(1.886)</u>
Total não circulante						<u>788.927</u>	<u>544.203</u>

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à Taxa Interna de Retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Os métodos de cálculo anteriores estão de acordo com o pronunciamento técnico CPC 08 – Custos de Transação.

Garantias:

(c) Penhor das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.

(d) Não existem garantias.

(e) Em 28 de abril de 2012, a Companhia realizou a 4ª Emissão pública de debêntures, no total de 75.000 debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de emissão de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887.

As debêntures não terão seu valor nominal atualizado e a remuneração é de 108,30% do CDI a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;
- Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Notas Explicativas**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	30/06/2012
2013	109.686
2014	219.372
2015	197.772
Após 2014	<u>264.702</u>
	<u><u>791.532</u></u>

15 OBRIGAÇÕES FISCAIS**a. Obrigações fiscais federais e municipais – a recolher**

	30/06/2012	31/12/2011
IRPJ e CSLL	14.667	8.138
ISS	3.318	3.734
COFINS	1.911	2.066
Outros	<u>1.120</u>	<u>2.142</u>
	<u><u>21.016</u></u>	<u><u>16.080</u></u>

b. Impostos e contribuições parceladas

c.

	31/12/2011	30/06/2012			
	Saldo Inicial	Atualizações	Pagamentos	Transferências	Total
Parcelamento Lei 11.941/09					
Circulante	5.734	233	(3.010)	3.010	5.967
Não circulante	<u>57.472</u>	<u>2.233</u>	<u>-</u>	<u>(3.010)</u>	<u>56.695</u>
Total	<u><u>63.206</u></u>	<u><u>2.466</u></u>	<u><u>(3.010)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>62.662</u></u>

Os impostos parcelados, referente à IRPJ, CSLL E INSS, por meio da Lei nº 11.941/09, começaram a ser pagos a partir de junho de 2011, de acordo com o processo de consolidação da Receita Federal do Brasil, ocorrido em 17 de junho de 2011, em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizados mensalmente com base na taxa selic.

Notas Explicativas**16 PROVISÕES PARA RISCOS**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir:

	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>		
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão	Pagamento	Total
Não circulante				
Cíveis	957	667	(535)	1.089
Trabalhistas	1.224	229	(27)	1.426
Total	<u>2.181</u>	<u>896</u>	<u>(562)</u>	<u>2.515</u>

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Cíveis - indenização aos usuários da rodovia	10.500	25.620
Trabalhistas e previdenciários	2.192	2.027
	<u>12.692</u>	<u>27.647</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, a Companhia contratou fianças bancárias no montante de R\$ 850 para os processos em andamento.

17 PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>				Total
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	
Provisão de manutenção						
Circulante	11.572	1.703	708	(8.382)	5.729	11.330
Não circulante	17.832	2.316	1.187	-	(5.729)	15.606

Notas Explicativas

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os períodos a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% ao ano.
- Projetos com início de provisão até 2010: 12,34% ao ano.
- Projetos com início de provisão a partir de 2011: 12,62% ao ano.

Em 30 de junho de 2012, o montante provisionado corresponde a R\$ 34.648 do valor nominal das projeções de gastos (R\$ 36.336 em 31 de dezembro de 2011).

18 PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Representado por 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ações ordinárias e 6.988.146.121 ações preferenciais.

Não houve movimentação das ações durante os exercícios de 2012 e 2011.

b. Reserva de Lucros

- Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

c. Lucro por ação básico e diluído

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 – Lucro por Ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

A seguir, está demonstrado o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

(Em milhares, exceto ações e lucro por ação)	<u>30/06/2012</u>	<u>30/06/2011</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível	107.899	79.003
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em reais	0,00735	0,00538
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em reais	0,00809	0,00592

Notas Explicativas

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

d. Dividendos

Em 30 de maio de 2012, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, foi efetuada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 236.549, sendo R\$ 125.000, referente ao pagamento de dividendos adicionais propostos e R\$ 111.549, referente a dividendos intermediários a contra parte de reserva de retenção de lucros.

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações semestrais da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2012			31/12/2011		
	Valor justo por Nota meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos						
Caixa e Bancos	6	-	1.976	-	2.378	-
Aplicações financeiras	6	45.450	-	10.572	-	-
Contas a receber de clientes	7	-	1.700	-	1.512	-
Contas a receber partes relacionadas	10	-	52.118	-	40.129	-
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	-	(1.486)	-	-	(2.122)
Debêntures	14	-	(884.922)	-	-	(747.086)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(27.991)	-	-	(30.790)
Fornecedores partes relacionadas	-	-	(19.179)	-	-	(2.127)
Contas a pagar partes relacionadas	10	-	(23)	-	-	(8)
Total		45.450	55.794	10.572	44.019	(782.133)

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	888.994	908.980	750.388	779.388

(*) Valores brutos dos custos de transação

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$ 45.450 em 30 de junho de 2012 (R\$ 10.572 em 31 de dezembro de 2011).

Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 30 de junho de 2013. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de 12 meses a partir da data dessas informações semestrais, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas informações semestrais, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), uma vez que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferece riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

A seguir estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre debêntures com taxas pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (2)	Efeito no resultado em R\$		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2015	132.986	(12.264)	(15.345)	(18.431)
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2015	756.008	(68.273)	(85.404)	(102.559)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(80.537)</u>	<u>(100.749)</u>	<u>(120.990)</u>

As taxas de juros consideradas para 12 meses foram:

CDI	8,38% (1)	10,48%	12,57%
-----	-----------	--------	--------

A seguir, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(1) Refere-se à taxa de 29 de junho de 2012, divulgada pela CETIP.

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e não estão considerados os saldos de juros em 29 de junho de 2012, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

Notas Explicativas

20 COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Responsabilidade civil – R\$ 49.500;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 20.000;
- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos – R\$ 68.862;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 50.000;
- Perda de receita – R\$ 69.615.
- Veículos: cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 120.000 (R\$ 1.000 por veículo), sendo: R\$ 12.000 (R\$ 100 por veículo) para danos morais; R\$ 93.600 (R\$ 2,6 por veículo) para acessórios e R\$ 72 (R\$ 2 por veículo) para equipamentos.

Além disso, a Companhia possui três apólices de seguro garantia no valor total de R\$ 213.004, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no Contrato de Concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

21 COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Outorga fixa a pagar	299.487	315.878	261.120	272.230

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% ao ano, compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga na data do início da concessão, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos atualizados até 30 de junho de 2012 estavam assim distribuídos:

Notas Explicativas

	Valor nominal	Valor presente
2012	26.425	26.053
2013	52.851	50.237
2014	52.851	47.844
2015	52.851	45.566
2016	52.851	43.396
Após 2016	61.658	48.024
Total	<u>299.487</u>	<u>261.120</u>

A Companhia não efetuou o pagamento ao Poder Concedente das parcelas referente ao direito da outorga fixa relativas ao período de janeiro à junho de 2012 no montante de R\$ 11.536, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 20, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas.

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita bruta mensal, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

O saldo de outorga variável a pagar em 30 de junho de 2012 era de R\$ 1.901 (R\$ 2.062 em 31 de dezembro de 2011).

No decorrer do período foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.932, referente ao direito de outorga variável (R\$ 10.531 em 30 de junho de 2011).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação e alargamento das rodovias. Em 30 de junho de 2012, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$ 527.832, (R\$ 569.071 em 31 de dezembro de 2011), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Estes investimentos destinam-se a melhorias na infraestrutura para que possa comportar o provável aumento do tráfego futuro e, conseqüentemente, gerar receitas adicionais para a concessionária.

d. Obras a executar

	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Não circulante		
Obrigações Poder Concedente	<u>7.885</u>	<u>8.822</u>

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº. 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia.

Notas Explicativas

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

22 RESULTADO FINANCEIRO

	30/06/2012	30/06/2011
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(43.686)	(44.925)
Variação monetária sobre debêntures	(4.257)	(9.360)
Juros sobre impostos parcelados	(2.467)	(3.057)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.896)	(2.133)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(529)	(351)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	-	(2)
Variação monetária sobre outorga	(63)	-
Capitalização de custos dos empréstimos	2.258	5.784
IOF	(627)	(159)
	<u>(51.267)</u>	<u>(54.203)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.489	2.701
Variação monetária sobre debêntures	149	463
Juros e outras receitas financeiras	2.117	181
	<u>5.755</u>	<u>3.345</u>

23 RECEITAS

	30/06/2012	30/06/2011
Receitas		
Receitas de pedágio	386.687	345.742
Receitas de contratos de construção	12.224	70.346
Receitas acessórias	5.119	4.310
Impostos sobre receitas	(33.869)	(30.124)
Total das receitas	<u>370.161</u>	<u>390.274</u>

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e aos Administradores da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.
Araçariguama - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e ao período anteriores

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 9 de agosto de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 29 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 8 de agosto de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

A via original deste relatório foi entregue à Sociedade devidamente assinada, acompanhada das folhas da ITR, revisadas por nós e estão rubricadas tão-somente para fins de identificação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012.

Jundiaí, 08 de agosto de 2012.

Maurício Soares Negrão
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor da Companhia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR e com as demonstrações financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2012.

Jundiaí, 08 de agosto de 2012.

Maurício Soares Negrão
Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Diretor da Companhia